

INFRAESTRUTURA

MP do setor elétrico é sancionada

Apesar de Executivo vetar 16 trechos, nova regra mantém o incentivo a usinas a carvão, na contramão da agenda de descarbonização

» PEDRO JOSÉ*

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou, ontem, a Medida Provisória 1.304/25, que altera regras do setor elétrico, com 16 vetos, entre eles, o trecho que previa o ressarcimento às usinas eólicas e solares em casos de cortes forçados de geração, conhecidos como curtailment. Também foi retirado do marco regulatório o dispositivo que mudaria o cálculo do preço de referência do petróleo com base em cotações internacionais.

Na MP do setor elétrico, convertida na Lei nº 15.269/2025, o governo manteve integralmente o jabuti (trecho não relacionado ao tema principal da matéria) que prevê contratação compulsória de energia produzida por usinas a carvão até 2040, onerando o consumidor. A decisão vai na contramão da agenda estratégica de descarbonização defendida pelo governo durante 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada entre os dias 10 e 21 deste mês em Belém.

A nova regra foi publicada, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)* com as justificativas dos vetos. Ao manter o subsídio para a energia suja, o Planalto alegou risco tarifário, insegurança jurídica e desconexão com o texto original ao vetar outros pontos. Entre eles, a destinação obrigatória de parte da receita das concessionárias para pesquisa e desenvolvimento e o uso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para financiar incentivos à micro e minigeração distribuída.

Uma das principais mudanças previstas na MP está a abertura gradual do mercado de energia, permitindo que consumidores residenciais possam escolher seus fornecedores até novembro de 2028. O texto ainda regulamenta o uso de baterias para armazenamento.

Fragilidades

O engenheiro elétrico e professor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo avaliou que a MP do setor elétrico apresenta fragilidades de governança mesmo com a série de vetos e ainda onera o consumidor. Ele defendeu que as

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Presidente em exercício, Geraldo Alckmin sancionou novo marco regulatório do setor elétrico, que foi publicado no DOU de ontem



Esse trecho representa um custo superior a R\$ 1 bilhão por ano até 2040 e configura um retrocesso ambiental relevante — especialmente quando o Brasil acaba de sediar a COP30*

Fiemg, em nota, ao comentar sobre a manutenção do incentivo ao carvão

decisões técnicas deveriam ser definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e não pelo Congresso.

“A Medida Provisória, sem nenhuma dúvida, aumenta os encargos do consumidor, portanto, aumenta a tarifa paga pelos brasileiros. O veto vai na direção correta de diminuir o que o consumidor não deve pagar. Mas é preciso tomar um cuidado danado para saber o que o consumidor deve ou

não pagar, porque ele sempre tem que pagar uma remuneração justa para os investimentos”, explicou.

De acordo com Camargo, a manutenção de subsídios ao carvão até 2040 tem custo político elevado e é desnecessária para a matriz elétrica. Ele citou estimativas de que o pagamento por curtailment poderia custar cerca de R\$ 7 bilhões aos consumidores.

O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de

Energia (Abraceel), Rodrigo Ferreira, por sua vez, elogiou a manutenção da mudança inicial prevista pela MP que faz uma “reforma estrutural do modelo comercial do setor elétrico”, ampliando o acesso ao mercado livre de energia para os consumidores residenciais.

O executivo defendeu que todo mercado competitivo é melhor do que o monopólio, argumentando que consumidores terão acesso a mais de 100 fornecedores e a ofertas diversas. A expectativa da associação é de que consumidores residenciais possam migrar para o mercado livre em até dois anos.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) elogiou a sanção da antiga MP do setor elétrico e informou que o governo acolheu cinco das seis sugestões de veto feitas pela entidade.

“As medidas atendem a pleitos técnicos apresentados pela Fiemg e evitam mais de R\$ 7 bilhões em impactos tarifários que recairiam sobre consumidores, empresas e

sobre a competitividade da indústria brasileira”, destacou a nota da entidade. Segundo a Federação, os vetos preservam a modicidade tarifária ao impedir a criação de novos encargos, evitar distorções regulatórias, proteger sistemas de autoprodução e garantir a autonomia técnica do planejamento energético.

Avanços e retrocessos

Apesar dos avanços, a entidade manifestou preocupação com a manutenção da prorrogação do subsídio para a geração de energia a carvão mineral.

“Esse trecho representa um custo superior a R\$ 1 bilhão por ano até 2040 e configura um retrocesso ambiental relevante — especialmente quando o Brasil acaba de sediar a COP30, reafirmando internacionalmente seu compromisso com a transição energética e a descarbonização”, destacou a nota da Fiemg.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) informou que os vetos evitam aumento de custos ao consumidor.

“O resultado final do texto com os vetos traz ainda um conjunto de problemas que vai exigir novas intervenções sobre o setor, mas carrega avanços importantes que precisam ser reconhecidos: a melhoria do sinal de preço da energia, ajuste em regras ruins que criariam reserva de mercado, redução de subsídios e de modelos oportunistas praticados no mercado, e a contenção demais custos desnecessários aos consumidores foram alguns itens que trarão mais previsibilidade e mais segurança ao setor”, alertou a nota da Abrace.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), por sua vez, afirmou que considera essenciais os vetos ligados ao curtailment e ao cálculo do preço de referência do petróleo, e também destacou que há questões que precisam ser revistas, como a extensão dos contratos de usinas a carvão até 2040 e a contratação compulsória de pequenas centrais hidrelétricas.

A entidade fluminense ressaltou que seguirá mobilizada para assegurar a manutenção dos vetos do Executivo à Lei 15.269/2025, no Congresso, além defender um ajuste nos pontos controversos de um avanço na agenda de modernização do setor elétrico, “com foco na abertura gradual do mercado e no aumento da eficiência econômica”.

Na avaliação do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a decisão do Executivo de vetar o dispositivo que alterava as regras do cálculo do preço de referência foi positiva.

“A manutenção do atual modelo de cálculo do Preço de Referência do Petróleo para fins de pagamentos de royalties e participações especiais protege os investimentos, garante empregos e proporciona segurança jurídica aos contratos vigentes e estabilidade regulatória ao setor, alinhando-se diretamente à agenda de desenvolvimento do país”, informou a nota do instituto.

***Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel**

CB DEBATE

Avanços do Nordeste em pauta no Correio

» CAETANO YAMAMOTO*

O Nordeste brasileiro vem se consolidando como um dos principais vetores de desenvolvimento do país. Conduzindo a economia nordestina com inovação e sustentabilidade. O Ministério da Fazenda, em setembro, entregou a Carta de Compromisso pela Transformação Ecológica do Nordeste, dizendo que a região será o motor do desenvolvimento sustentável no Brasil.

O documento reuniu as potencialidades nordestinas, como a energia renovável abundante, com a maior capacidade instalada de energia solar e eólica do país, a riqueza sociocultural e de saberes tradicionais, capazes de orientar soluções inovadoras e regenerativas, valorizando práticas comunitárias de convivência com o semiárido e a gestão equilibrada dos ecossistemas.

O gerente do Ambiente de Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Nordeste (BNB), Valdir Machado, disse que a atuação do BNB na inovação e sustentabilidade é vista de forma indissociável e muito estratégica, estando presente no DNA da instituição.

De acordo com a carta, o Nordeste possui uma biodiversidade singular, com destaque para a Caa-tinga, bioma exclusivamente brasileiro, e para a sociobiodiversidade costeira e marinha, que oferecem bases para cadeias produtivas de bioeconomia e para a exportação de tecnologias socioambientais.

Machado explicou que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é o carro-chefe do Banco e ele abrange diversos setores, como FNE Inovação e FNE Startup, entre outros financiamentos e créditos para o microempreendedor. “Nós temos uma linha chamada FNE Verde, que é uma das primeiras linhas de financiamentos sustentáveis de um banco público. Na década de 1990, o FNE Verde já existia, quando o ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), ainda não estava tão amplamente difundido como hoje”, comentou.

Além do FNE Verde, a área de financiamento em sustentabilidade do banco tem as linhas FNE Sol, desenvolvida para o financiamento de sistemas de energia por fontes renováveis para consumo próprio, e a FNE Inovação.

Na avaliação do secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, o Nordeste é peça central para atrair indústrias focadas em energia abastecidas por fontes renováveis e defendeu usar o potencial regional para acelerar a industrialização de baixo carbono, gerar emprego, estimular inovação e ampliar a competitividade.

Fundo Clima

De acordo com dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), o

Tibico Brasil/Divulgação BNB



Energia eólica é uma das áreas de desenvolvimento na região

Fundo Clima — um dos principais fundos nacionais de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas do mundo — fechou o ano de 2024 com R\$ 10,2 bilhões de aprovação de crédito, um volume quase 10 vezes superior ao realizado no último ano do governo anterior (R\$ 1,1 bilhão).

O Nordeste foi a região onde o volume desses recursos mais cresceu proporcionalmente. Em 2024, foram aprovados R\$ 1,8 bilhão, dado 35,3 vezes superior aos R\$ 51 milhões registrados em 2022.

O gerente do BNB revelou que o FNE não abrange toda a demanda da região, para isso o BNB buscou outros investimentos com o

BNDES. Em 2023, o banco elaborou sua primeira estrutura de finanças sustentáveis, que permite a potencial emissão de vínculos econômicos.

Para aprofundar esse debate, autoridades, especialistas e lideranças se reúnem em um encontro, realizado pelo **Correio Braziliense** em parceria com o Banco do Nordeste no dia 4 de dezembro, que coloca em pauta os avanços recentes e os desafios que ainda se impõem. O objetivo é promover uma reflexão estratégica sobre como o Nordeste pode continuar expandindo sua capacidade produtiva e social, de forma sustentável e equilibrada.

CONTAS PÚBLICAS

Ajuste necessário de R\$ 508 bilhões

» ROSANA HESSEL

O debate eleitoral de 2026 terá um tema inevitável, a necessidade de um ajuste fiscal. E, pelas contas do Itaú Unibanco, ele precisará ser de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para que a dívida pública bruta se estabilize em 80% do PIB, diante da perda de credibilidade do arcabouço fiscal. Esse corte de despesas, considerando o PIB nominal de R\$ 12,7 trilhões previsto pela equipe econômica, gira em torno de R\$ 508 bilhões, e precisará ser feito logo no início do próximo governo.

“O noticiário tem ressaltado os furos às regras da meta e de crescimento das despesas. Sabemos que o arcabouço impõe um ajuste fiscal gradual, mas quando as exceções aumentam, isso acaba com a credibilidade da regra”, afirmou o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, ontem, em apresentação a jornalistas das estimativas macroeconômicas do banco para este ano e o próximo.

“Mas estabilizar a dívida pública em 80% do PIB ainda não é suficiente para o Brasil recuperar o grau de investimento, apesar de o padrão das agências de risco, atualmente, ser menos restritivo”, alertou. Mesquita reconheceu que os abatimentos que estão sendo feitos para o governo cumprir a meta fiscal atrapalham na trajetória da dívida pública, que, pelas estimativas do banco, chegará no fim deste ano em 79% do PIB e, no próximo, alcançará 85% do PIB. “Essa dinâmica das exceções é preocupante e uma discussão que

vai ser feita no próximo governo é se é possível ou não continuar fazendo um ajuste fiscal gradual ou se não é o caso de antecipar esse ajuste para o início do primeiro ano do próximo governo”, destacou.

Conforme as últimas projeções da equipe econômica, para conseguir cumprir a meta fiscal pelo piso — que permite um rombo de até R\$ 31 bilhões neste ano —, o governo precisará fazer um contingenciamento de R\$ 3,3 bilhões. Este, por sua vez, será somado ao bloqueio remanescente de R\$ 4,4 bilhões — antes de R\$ 12,1 bilhões —, totalizando uma contenção de R\$ 7,7 bilhões no último bimestre do ano, mesmo aumentando os abatimentos da meta fiscal, que somam R\$ 44,5 bilhões, incluindo precatórios (dívidas judiciais) e outras despesas que ficaram fora da meta.

O Brasil perdeu o grau de investimento em 2015, e, para o país recuperar o selo de bom pagador das agências de rating, segundo Mesquita, seria preciso fazer com que a dívida pública bruta recuasse para 60% do PIB — algo difícil, mas factível. “Isso não é possível do dia para a noite, mas exige o ataque ao problema do gasto tributário para colocar a dívida em uma trajetória de queda”, afirmou.

O banco prevê crescimento de 2,2% do PIB neste ano e, para 2026, elevou de 1,5% para 1,7%, e Mesquita admite “um viés de alta” no ano que vem, com o PIB podendo crescer em torno de 2%, devido aos estímulos fiscais dos governos que aumentam em anos de eleição.